15/09/2021

Número: 0600371-71.2021.6.00.0000

Classe: INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Órgão julgador colegiado: Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral

Órgão julgador: Corregedor Geral Eleitoral Ministro Luis Felipe Salomão

Última distribuição: 17/08/2021

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Eleições - Eleição Majoritária

Objeto do processo: Apuração de fatos que possam configurar infrações à lei, relativamente a

ataques contra o sistema eletrônico de votação e a legitimidade das eleições.

Segredo de justiça? **SIM** Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

		· ,		
Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. (AUTORIDADE)				
Documentos				
ld.	Data da Assinatura	Documento		Tipo
15586 6488	15/09/2021 14:38	Despacho		Despacho



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral

INQUÉRITO ADMINISTRATIVO (12466) Nº 0600371-71.2021.6.00.0000 (PJe) - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO AUTORIDADE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.

DESPACHO

1. Trata-se de vídeo divulgado nas redes sociais a revelar cenas do interior de um ônibus supostamente oriundo de Pompeia, no interior de São Paulo, na qual uma pessoa trajando camiseta com dizeres de apoio ao voto impresso distribui valores em espécie – nota de R\$ 100 (cem reais) –, para os ocupantes do veículo, enquanto um deles narra cada um ter recebido uma camiseta idêntica e a relatada importância em dinheiro, para efeito de participação nas manifestações do dia 07 de setembro de 2021.

Há também notícias nos grandes veículos de comunicação e redes sociais, no sentido de que foram confeccionados bonés e roupas, com a mesma finalidade e com eventual intuito eleitoral, o que pode ainda caracterizar possível campanha eleitoral antecipada

- 2. Destarte, considerando que o conteúdo do vídeo e também as notórias notícias veiculadas podem ter conotação de abuso de poder econômico e político, de modo a inserir-se no escopo deste Inquérito Administrativo, determino a juntada aos autos do respectivo arquivo de vídeo e seu encaminhamento à autoridade policial federal responsável pelas apurações em curso neste procedimento, com cópia desta decisão, para que seja providenciada sua transcrição e o aprofundamento das investigações junto às pessoas envolvidas, tudo no prazo de 20 dias.
 - 3. Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral

